

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS)**. Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte, às treze e trinta horas,
3 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, na rua Fúlvio Aducci, nº 767, Estreito,
4 Florianópolis, Cep: 88075-001, realizou-se a Reunião Plenária Ordinária da Comissão
5 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC), por meio de
6 videoconferência, com a presença dos membros: representantes da Secretaria de
7 Estado do Desenvolvimento Social (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira De Caro (Titular e
8 Coordenadora da CIB-AS-SC), Luciane dos Passos (Titular, Diretora de Assistência
9 Social), Esmael Ros da Luz (Titular e Gerente de Planejamento e Avaliação), Maristela
10 Antônia dos Santos (Titular, Gerente de Proteção Social Básica), Magna de Paula
11 (Suplente, Gerente de Benefícios, transferência de renda e Programas), Caio
12 Cavichioli de Souza (Gerente de Gestão do Fundo) e representantes do Colegiado
13 Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC): Luan Maciel
14 (Titular e Presidente do COEGEMAS); Tiago Cazara (Suplente e Secretário Municipal
15 de Capinzal/SC), Sandra Pinheiro (Titular e Secretária Municipal de Assistência Social
16 de Joaçaba/SC), Maria Claudia Goulart da Silva (Titular e Secretária Municipal de
17 Assistência Social de Florianópolis/SC), Vagner Ferreira de Oliveira (Titular e
18 Secretária Municipal de Assistência Social de Joinville/SC). Ainda estavam
19 acompanhando, profissionais da SDS, gestores e técnicos municipais, representantes
20 da câmara técnica, associações de municípios, conselhos, bem como o Conselho
21 Estadual de Assistência Social (CEAS) representado por sua Conselheira Janice
22 Merigo. Maíra Ribeiro Melo, Secretária Executiva da CIB-AS-SC, realizou a chamada
23 de composição da mesa virtualmente. Passou a coordenação da reunião para a
24 Secretária Maria Elisa De Caro que iniciou saudando a todos, agradeceu a presença de
25 todos nesse módulo de videoconferência no intuito de contribuir com a execução da
26 Política de Assistência Social e o fortalecimento do SUAS no Estado de Santa Catarina,
27 nesse momento tão preocupante por motivo da pandemia mundial ocasionado pelo
28 coronavírus, (COVID-19). Sr. Luan também deu as boas vindas a todos, desejou uma
29 excelente tarde de trabalho. Em seguida foi realizada a apreciação e aprovação da
30 pauta com os seguintes pontos: **1º. Verificação da presença e da existência de**
31 **quórum**, confirmado; **2º. Apresentação, apreciação e aprovação da pauta**, foi
32 informado que a pauta havia sido encaminhada a todos os interessados anteriormente,
33 aberta para aprovação da Pauta, a mesma foi aprovada pelo COEGEMAS, com a
34 inclusão dos seguintes itens: aumento do efetivo de pessoal para SDS/SC, Portarias
35 368 e 369 de 29/04/2020, Cofinanciamento 2020, valor extraordinário, recursos
36 devolvidos no ano de 2018, possibilidade de liberação para que os recursos de 2019
37 possam ser utilizados com os mesmos critérios dos recursos de 2020, especialmente
38 com pagamento de pessoal; **3º. Apreciação e aprovação das atas das reuniões**
39 **plenárias anteriores**, foram aprovada as atas das Reuniões Plenárias Ordinárias de
40 Criciúma, Jaraguá do Sul e da Reunião Plenária Extraordinária por videoconferência,
41 com o conteúdo de acordo; **4º. Matéria de discussão**: A Secretária M^a Elisa a respeito
42 do aumento de pessoal SDS, relatou que no ano de 2019, foi conversado com todos os
43 servidores da SDS, tanto a questão de aumento de pessoal, por meio de concurso,
44 quanto a questão de reposição salarial. Lembrou que no ano de 2019 houve corte de
45 cargos comissionados, reforma do Estado, diminuição de gastos. Nesse mesmo ano,
46 houve debate com todos os servidores da Secretaria e foi solicitado aos mesmos, que
47 optassem por solicitar junto a Secretaria de Estado da Administração, concurso para

48 aumento de servidores ou aumento e reposição salarial, que seriam encaminhados em
49 2020. Acrescentou que embora sejam dois assuntos importantes e necessários, a
50 escolha dos servidores foi feita pelo aumento salarial. Isso muito antes de iniciar a
51 pandemia, assim pondera que nesse momento, não será possível nem o chamamento
52 para concurso e nem o aumento salarial, afirma que é do conhecimento de todos, que a
53 situação dos servidores é muito ruim, pois desde 2010, ano que os mesmos
54 ingressaram na Secretaria, não houve nenhuma reposição, nem aumento salarial e
55 para ficar esclarecida a questão, informa que tem consciência das necessidades da
56 Secretaria. Que foi elaborado este estudo na SDS, do qual seria ideal ao quadro de
57 servidores e qual seria a reposição salarial, qual seria o ideal hoje para quem é
58 concursado, tudo foi encaminhado para a Secretaria Estadual de Administração e
59 quando começou a pandemia não houve continuidade ao processo. O estudo foi
60 entregue pouco antes de iniciar a pandemia. Desta forma, para suprir de alguma forma
61 os déficits, foram feitos convites para servidores dos municípios para auxiliar a compor
62 o quadro de funcionários da Secretaria. Sabe que ainda não é o suficiente, que está
63 muito aquém do número de pessoas que são necessárias, mas nesse momento é o
64 que foi possível realizar. **Pactuação da segunda e terceira parcelas do**
65 **Cofinanciamento Estadual do ano de 2020:** Sra. Luciane lembrou que o
66 cofinanciamento do ano 2020, está em andamento, tendo sido pactuado na 2ª Reunião
67 da CIB AS SC de Jaraguá do Sul, o valor dos recursos de R\$ 23.000.000,00 (vinte e
68 três milhões de reais), dividido em três parcelas. Com a Pandemia COVID 19, a
69 primeira parcela do cofinanciamento foi adiantada, no valor de R\$ 7.800.000,00 (sete
70 milhões e oitocentos mil reais) e agora é necessário pactuar a segunda e terceira
71 parcelas, nos valores de R\$ 7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil reais) cada,
72 totalizando o valor de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais).
73 Secretária M^a Elisa informou que a respeito do cofinanciamento da primeira parcela,
74 294 (duzentos e noventa e quatro) municípios encaminharam o Plano de Trabalho,
75 houve municípios que estão entregando hoje o seu Plano, praticamente 100% dos
76 municípios encaminharam o Plano de Trabalho, e a SDS já repassou 7.222.000,00
77 (sete milhões, duzentos e vinte e dois mil reais), o que está faltando repassar são
78 alguns municípios que tiveram problemas com as contas bancárias, como contas
79 inativas, questões que estão sendo averiguadas junto aos municípios, auxiliando os
80 mesmos com os bancos, mas praticamente todo o valor da primeira parcela já está na
81 conta dos municípios. Ressalta também que foi alinhado com o Coegemas em reunião,
82 que as próximas parcelas serão em um único plano de trabalho, para facilitar aos
83 municípios e assim, para que não seja necessário elaborar mais dois planos de
84 trabalho. Desta forma, a ideia é que seja um repasse somente, dividido em duas
85 parcelas. Essa é a proposta que o Estado está trazendo para ser resolvido nessa
86 reunião. Sr. Luan informou que levou a proposta à reunião do Coegemas, e os gestores
87 municipais solicitaram a antecipação das parcelas que restam, em uma única parcela
88 devido à pandemia covid19, os municípios necessitam a antecipação do valor total.
89 Informa que levou para debate a proposta do Estado, mas os Gestores Municipais
90 decidiram em cobrar do Estado celeridade em antecipar o valor total do recurso ainda
91 para maio. Secretária M^a Elisa ponderou que já havia conversado com o mesmo na
92 reunião de alinhamento, que o momento é muito difícil, entende que ser pago o valor
93 total ainda no mês de maio será muito complicado, pois o Estado está com dificuldade
94 até, para pagar a folha dos servidores. Então enquanto não souber como será a

95 arrecadação do Estado nos próximos meses, não há como se comprometer em dizer
96 que terá o 100% (cem por cento) desse recurso para disponibilizar em uma única
97 parcela, seria muito difícil em função de tudo que se está vivendo e que todos estão
98 vendo, tudo que está acontecendo no mundo inteiro, no Brasil inteiro e o Estado de
99 Santa Catarina não está diferente. Ressalta que não está dizendo que não possa vir a
100 ser antecipado, mas por enquanto não há caixa para o pagamento total adiantado.
101 Pondera ainda, que os municípios terão que elaborar um Plano de Trabalho para o
102 restante dos meses do ano, então que será mais trabalhoso. Informou que a forma
103 como foi realizado o processo da primeira parcela do cofinanciamento, já foi histórica,
104 pois adiantou o recurso e os municípios adiantaram seus Planos de Trabalho, que foi
105 um esforço tremendo para todos, municípios e SDS, tanto os municípios, quanto o
106 Estado fizeram algo inédito, pois nunca se tinha realizado isso antes. Agora é
107 necessário esperar um pouco, para ver a situação econômica do Estado para que se
108 possa verificar a possibilidade de adiantar a última parcela, mas que para esse mês de
109 maio não há como prometer o que não será possível de cumprir. Sr. Caio lembrou que
110 é necessário para o próximo Plano de Trabalho, cada município decidir em qual
111 Proteção Social irá aplicar o recurso, ficando claro que será utilizado o recurso das
112 duas próximas parcelas para a única Proteção Social escolhida. Sr. Tiago (SMAS do
113 município de Capinzal) informa que sabe da realidade que toda sociedade brasileira
114 tem vivido, a expectativa é que as fontes de arrecadação serão esgotadas, questiona
115 se há a possibilidade de haver atraso no pagamento das parcelas do cofinanciamento.
116 Secretária M^a Elisa informa que a princípio não há esse risco, mas é necessário ter o
117 recurso em caixa, e ponderou que para pagamento das duas parcelas juntas e ainda
118 com adiantamento, sabe que é muito difícil, o recurso está resguardado para o
119 cofinanciamento, mas esse adiantamento, nesse momento, se torna muito difícil. O Sr.
120 Alexandre (SMAS do município de Santo Amaro da Imperatriz) agradece a Secretária
121 M^a Elisa por sempre agir com sinceridade e transparência. Agradece também ao Sr.
122 Caio por seu atendimento cordial aos municípios. Pondera que como a União e o
123 Estado, os Municípios tiveram uma diminuição na arrecadação de recursos, mas
124 ressalta que é no município que as pessoas solicitam e apresentam suas demandas,
125 cobrando uma ação do gestor. Informa que nunca vivenciou situação parecida com a
126 de agora, com a quantidade de pessoas necessitando de auxílio e apoio, a demanda é
127 muito maior do que o corpo de funcionários consegue atender. As pessoas estão
128 desesperadas, procurando um amparo, e os municípios também não irão agüentar. Os
129 mesmos também terão que fazer muitos esforços para ter recursos para folha de
130 pagamento. Entende que o Estado precisa ter um olhar de prioridade para suas ações,
131 cita a saúde como prioridade, mas afirma que a Assistência Social hoje é tão prioridade
132 quanto à saúde, pois haverá pessoas que não morrerão de covid 19, mas morrerão de
133 fome. Solicita que a Secretária leve ao Governador do Estado um apelo dos municípios
134 para que haja uma sensibilização por parte do mesmo em relação à Assistência Social,
135 pois pondera que quando há momentos de crise é a Assistência Social que fica em
136 segundo plano, e nesse momento, as escolas estão paradas, não há turismo, as obras
137 diminuiram, entende que esses recursos devem ser canalizados para a pasta da
138 Assistência Social, porque se sabe da demanda. Entende que a SDS depende da
139 questão financeira, mas não pode deixar de registrar essa solicitação, e que a
140 Secretária coloque ênfase ao Governador, que os municípios hoje estão tendo uma
141 demanda tão grande na Política de Assistência Social ou maior, do que na Saúde.

142 Afirma que os municípios estão em desespero, e já não sabem mais como agir,
143 tamanha a demanda de pessoas precisando dos serviços da Assistência Social. Além
144 disso, lembra que esses valores do cofinanciamento 2020, já estavam pactuados antes
145 da situação da pandemia, e que a Assistência Social não recebeu nenhum aporte de
146 recurso extra para esse momento de calamidade. Assim solicita em nome de todos os
147 gestores municipais, que os recursos para Assistência Social sejam pagos em sua
148 integralidade, inclusive contando com os recursos destinados pelas emendas
149 parlamentares da ALESC, e que ainda seja destinado à pasta, um recurso extra para
150 combater a pandemia causada pelo covid 19, para que os municípios possam ter como
151 garantir o mínimo às famílias que precisam, e que irão precisar muito mais ainda.
152 Secretária M^a Elisa agradece, e informa que nesse momento, só consegue se
153 comprometer com o que já está pactuado, o que não quer dizer que, mesmo antes do
154 mês de agosto se possa ter uma nova resposta. Tem conhecimento que todos os
155 trabalhadores do SUAS, sabem os problemas reais, verdadeiros que acontecem, e que
156 agora, com a pandemia, a Assistência Social é uma Política que cresceu muito, no
157 Brasil inteiro, pois todos aqueles que estão sofrendo e sofrerão por causa da pandemia,
158 irão com certeza entrar nos nossos serviços, há essa consciência, nós temos
159 argumentos para discutir a situação, mas é a Secretaria de Estado da Fazenda que
160 determina, que sabe o que poderemos ter de recursos, nesse curto espaço de tempo, e
161 se será possível atender ao que os municípios estão solicitando. Isso não quer dizer
162 que não se está discutindo e lutando por isso. Alexandre questiona se é possível
163 acrescentar na pactuação do dia de hoje, que havendo disponibilidade financeira,
164 poderá ser repassado o recurso em parcela única. A Secretária M^a Elisa esclarece que
165 nesse momento não importa muito estar por escrito. Fazer a solicitação seja por meio
166 de Coegemas, CEAS, CIB, que são órgãos que são competentes para exigir e controlar
167 as políticas públicas é justo, correto, entende que sempre pode haver manifestações
168 para o que é melhor para a política de Assistência Social, mas o que teremos como
169 retorno, dependerá não somente daquilo que for solicitado, que é legítimo, mas
170 também é necessário haver a disponibilidade de recursos. Sr. Luan pondera que muitos
171 municípios já gastaram, somente nesse início de pandemia, os recursos que deveriam
172 ser aplicados durante o ano inteiro. Na reunião do Coegemas, os gestores já estão
173 cogitando a possibilidade de fechar serviços, e a grande angústia está em como fechar
174 serviços em um momento em que a Assistência Social é essencial à população,
175 momento em que os usuários contam, muito mais com o auxílio dos serviços prestados.
176 Esclarece que a angústia e a cobrança estão acontecendo porque sempre quem
177 manteve a Assistência Social foram os municípios, porém houve uma queda brusca na
178 arrecadação dos mesmos, e além da arrecadação diminuir, as despesas e demandas
179 estão muito maiores. A cobrança é uma preocupação com as vidas dos munícipes, já
180 se sabe que por motivo do coronavírus, a Assistência Social será demandada por um
181 longo período, mesmo depois que a pandemia acabar. Sabe que é necessário um
182 movimento político longo, é importante que o governo entenda que não basta
183 denominar a Assistência Social como um serviço essencial, é necessário aportar
184 recursos nessa política, porque senão as pessoas morrerão, pois não estão
185 conseguindo meios para sobreviver. Então faz o apelo para que a Secretária de Estado
186 interceda junto ao Governador em favor dos municípios pela política de Assistência
187 Social. Secretária M^a Elisa pondera que entende a angústia dos gestores municipais,
188 que sabe que essa luta já é antiga, que cresce cada vez mais a necessidade por mais

189 investimentos na política de Assistência Social, e que agora, nesse terrível momento
190 que todos estão passando, entende que a Assistência Social será vista de forma
191 diferenciada daqui para frente, vislumbra que a própria pressão do que ocorrerá daqui
192 para frente, irá determinar novos rumos tanto para a Assistência Social, como também
193 para outras políticas que sempre foram deixadas em segundo plano, como a habitação
194 por exemplo. Pois a pandemia está crescendo com muita rapidez, nas comunidades de
195 baixa renda, onde se tem problemas gravíssimos de habitação, saneamento básico e
196 grande quantidade de pessoas em um mesmo ambiente. Entende que tais políticas não
197 poderão mais ser tratadas da forma negligente como sempre foram tratadas nesse
198 país. Pondera que apesar dessa trágica doença, prevê que tudo isso, trará um grande
199 aprendizado para todos os gestores, não só governadores, ministros, como também
200 muitos prefeitos que não estão nem um pouco preocupados com a política de
201 Assistência Social. Entende que essa atitude não é mais possível, foi necessário
202 chegar ao fundo do poço para que a política da Assistência Social fosse vista. Lamenta
203 ser da pior forma, mas acredita que pode ser o início da valorização das políticas
204 públicas como a Assistência Social, Habitação, Saneamento básico, Direitos Humanos,
205 Segurança Alimentar, todas que lidam com os maiores problemas sociais do país. Sr.
206 Esmael informa que o Estado já tinha compromissos ao longo do ano, com o
207 cofinanciamento, e outros serviços, que já existiam mesmo antes de iniciar a pandemia,
208 então a recomendação da Secretaria da Fazenda, é para que todos os serviços
209 reduzam gastos, para que o Estado possa ter recurso suficiente para cumprir tanto
210 seus compromissos cotidianos, como também com as demandas oriundas do covid19.
211 Informa ainda, que o trabalho é constante junto a Secretaria da Fazenda para que se
212 possa cumprir com as obrigações. Nesse momento todos estão dependendo das
213 arrecadações, pois não se tem previsão para os próximos meses, mas que a SDS está
214 trabalhando muito para contemplar a solicitação dos municípios em um aporte de
215 recursos. Sra. Luciane informa que apesar do prazo final para entrega do Plano de
216 Trabalho e documentos comprobatórios, ser no dia 30/04/2020, para a primeira parcela
217 do cofinanciamento, o prazo foi estendido por mais quinze dias, para que todos os
218 municípios tenham a oportunidade de serem contemplados com a referida parcela. Sr.
219 Luan questiona se é possível adiantar ao menos essa segunda parcela para o mês de
220 maio. Secretária M^a Elisa informa que já fez esse questionamento à Secretaria da
221 Fazenda, que informou que para o mês de maio seria muito difícil, que irão estudar a
222 possibilidade de adiantamento para o mês de julho, porém informa que isso não poderá
223 ser respondido nesse momento, então a pactuação precisa ser mantida para o
224 pagamento da segunda parcela em agosto, pois não tem como prever se haverá a
225 possibilidade de adiantamento. Informou ainda que os municípios enviem o Plano de
226 Trabalho o mais breve possível, pois se houver a possibilidade de adiantamento, os
227 municípios já estarão habilitados para o recebimento. Sra. Luciane pondera a
228 importância da continuidade da reunião, e esclarece com o Coegemas a solicitação de
229 que seja realizada a inclusão no art. primeiro da resolução 04 da CIB, o texto: caso haja
230 disponibilidade financeira para o adiantamento do recurso, como também o aporte de
231 mais recursos, o que foi confirmado. Sr. Caio informa que será necessário elaborar um
232 novo plano de trabalho para as duas próximas parcelas do cofinanciamento 2020. Sra.
233 Luciane leu a Resolução 04 CIB AS SC referente à 2^a e 3^a parcelas do cofinanciamento
234 2020. Após a leitura Sr. Luan esclarece e resume que deverá ser encaminhado um
235 único novo Plano de Trabalho, deverá ser feita a opção por uma Proteção Social ou

236 Benefícios Eventuais, será o valor das duas parcelas para uma única Proteção, não há
237 a possibilidade de optar por mais de uma Proteção. Sendo que ficou esclarecido para
238 todos. Sr. Luan questiona os membros da mesa se é possível pactuar dessa forma,
239 incluindo a ressalva de possibilidade de adiantamento das parcelas e também o
240 aumento de recurso caso haja disponibilidade de recursos do Estado. O que foi
241 aprovado e pactuado por todos os membros da mesa. **Resolução da CIB AS SC 02 de**
242 **Jaraguá do Sul:** Sra. Luciane esclarece que essa pauta foi incluída pois em plenária
243 do CEAS foi cogitada a possibilidade de revogação da Resolução 02 da CIB, em que
244 foi pactuado o recurso de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões), pois logo após a
245 referida pactuação, com a pandemia do Covid 19, houve uma nova pactuação com
246 adiantamento da primeira parcela, com prazos e critérios diferentes, assim houve a
247 discussão no CEAS da possibilidade da Resolução 02 ser revogada, porém em seu
248 parecer técnico, entende que a Resolução 02 é a principal, e que pactua o valor total
249 dos recursos, e que as posteriores complementam a Resolução 02 em relação aos
250 critérios de recebimento do recurso. Mas que a mesma se mantém válida. Então está
251 trazendo os questionamentos do CEAS para deliberar em CIB. Sr. Luan entende que
252 não deve ser revogada a Resolução 02 da CIB, pois a pactuação foi válida para aquele
253 momento em que houve a pactuação, e posterior a isso, veio outras necessidades e
254 demandas que possibilitaram a pactuação de critérios de acordo com a realidade vivida
255 em momentos posteriores, que foi a pandemia do Covid 19. Sra. Luciane questiona se
256 há mais alguma manifestação, o que não ocorreu, então será dessa forma que ela irá
257 esclarecer ao CEAS. **Questionário da Regionalização dos Serviços de alta**
258 **complexidade:** Sra. Luciane lembra que na CIB de 12/03/2020, foi debatido em CIB a
259 respeito dos estudos da Regionalização e o Estado se comprometeu em elaborar um
260 questionário para ser encaminhado aos municípios, para que fosse possível realizar um
261 mapeamento e diagnóstico dos serviços de alta complexidade que já estão sendo
262 oferecidos no Estado. Esta ação se dará em parceria entre SDS, Coegemas e FECAM
263 (Federação Catarinense de Municípios). Assim questionou aos municípios se é
264 possível dar continuidade a este estudo, mesmo nesse momento de dificuldade pelo
265 qual todos estão passando. Sr. Luan informou que esse tema foi debatido na reunião
266 do Coegemas, os gestores municipais entendem que é muito importante responder
267 esse questionário, desde que seja dado um prazo razoável para ser respondido, pois
268 estavam há muito tempo aguardando esse encaminhamento e continuidade dos
269 estudos da Regionalização. Assim os municípios decidem responder o questionário.
270 Sra. Janice (FECAM) informa que os municípios irão responder o questionário, que
271 será enviado pela SDS, e se compromete a acompanhar os municípios na elaboração
272 das respostas, sugere que seja usado o sistema do “google forms” que é mais
273 acessível para o preenchimento, e para posterior sistematização das informações.
274 Solicita que a SDS envie as questões ao Coegemas para que os municípios possam
275 sugerir ou complementar alguns temas. Sra. Luciane relatou como encaminhamento,
276 que o questionário já está pronto, que será encaminhado para Coegemas e Fecam
277 para conhecimento e agendamento de reunião com os mesmos para contribuições e
278 fechamento do questionário à ser enviado. O que foi aceito por todos. **Informes da**
279 **SDS e Coegemas: Resultados da primeira parcela do Cofinanciamento/2020:** Caio
280 agradece a contribuição da servidora Letícia Falcão da SDS, que auxiliou no processo
281 da primeira parcela do cofinanciamento 2020, informa que algumas questões
282 administrativas nos próprios bancos podem atrasar os pagamentos dos recursos.

283 Esclarece que até esse momento da reunião, todos os municípios entregaram os
284 planos de trabalho. Agradeceu a todos nesse processo, Coegemas, Fecam,
285 Associações de municípios. **Benefícios e Transferência de Renda - Impossibilidade**
286 **de acesso ao CadÚnico e demais sistemas e Portarias 368 e 369 do Ministério da**
287 **Cidadania (MC):** Sra. Magna (Gerente de Benefícios, transferência de renda e
288 Programas), informou que as Portarias 368 e 369 foram publicada no dia 30/04/2020,
289 no período matutino, que a Portaria 369 contém erros, que ao buscar informações no
290 MC, os Diretores com quem falou, pediram desculpas pois tais portarias ainda não
291 deveriam ter sido publicadas. E em relação a Portaria 368, informou que todos estão
292 questionando a veracidade dos dados ao serem preenchidos por telefone, que será o
293 Gestor que deverá assinar pela família que preencheu os dados por telefone, que essa
294 possibilidade é muito séria. Assim, informa que é necessário aguardar por mais
295 informações a respeito das portarias, pois está havendo muitos questionamentos e o
296 MC precisará se manifestar com mais informações a respeito. Pondera que em relação
297 à inconsistência dos sistemas, realmente está muito difícil de trabalhar, os municípios
298 estão com muitas dificuldades de acessar os sistemas, sem os mesmos não há como
299 trabalhar, exemplifica com o sistema V7 que é para o CadÚnico, que vem
300 apresentando problemas no acesso há mais de duas semanas, que já foi realizado
301 reuniões com o MC, com a Caixa Econômica, e a orientação destes órgãos é que os
302 sistemas estão super lotados, que os municípios estão acessando o sistema com muita
303 frequência e que está ficando muito sobrecarregado, bem como o aplicativo do
304 CaixaTem, também está sobrecarregado. Assim mediante à estas respostas, o Estado
305 elaborou ofício que foi encaminhado para o MC informando todas as dificuldades e
306 solicitando providências. Informa que haverá reunião com os gestores municipais para
307 elencar as dificuldades que os municípios estão apresentando e com esses dados será
308 elaborado novo documento e encaminhado ao MC para que seja dada resposta, pois é
309 necessário acessar os sistemas para trabalhar e buscar os dados da população, para
310 que todos tenham acesso aos benefícios que são de direito. **Reprogramação dos**
311 **recursos de 2018 e 2019:** Sr. Luan esclarece que ainda há municípios com recursos a
312 serem gastos referente aos anos de 2018 e 2019, e questiona se teria como
313 reprogramar tais recursos para que fiquem no municípios, e se os recursos de 2019
314 podem ser reprogramados de acordo com a nova Lei do Feas, para que seja utilizado
315 com gastos de pessoal. Sr. Caio esclarece que não há como responder esses
316 questionamentos nesse momento, pois terá que questionar inclusive a Secretaria da
317 Fazenda, até mesmo em relação as prestações de contas. **Câmara Técnica:**
318 **Cancelamento do chamamento da Câmara Técnica para estabelecer critérios da**
319 **2ª e 3ª parcela do Cofinanciamento/2020:** Sra. Maria Eunice esclarece que a Câmara
320 Técnica da CIB seria chamada para definir os critérios das 2ª e 3ª parcelas do
321 cofinanciamento 2020 e definir critérios para a Proteção Especial. Porém com a
322 pandemia, a CIB deliberou que haveria flexibilidade no repasse dos recursos, para
323 Proteção Social Básica, Proteção Social Especial ou Benefícios Eventuais, não sendo
324 mais necessário estabelecer os critérios por parte da Câmara Técnica. **Diagnóstico**
325 **Situacional das Metas do Pacto de Aprimoramento SUAS – etapa 2019:** Sra. Maria
326 Eunice esclarece também que a Câmara Técnica da CIB foi chamada para realizar
327 estudo do diagnóstico situacional das metas do pacto de aprimoramento do SUAS,
328 etapa que o Estado responde as metas. Assim como é o Estado que responde as
329 metas, e como a Câmara Técnica da CIB é composta também, por membros da SDS,

330 os membros se reuniram e entenderam que este estudo deve ser realizado pela
331 Câmara Técnica do Coegemas, foi elaborado ofício, que foi enviado ao Coegemas,
332 para que o mesmo chame a sua Câmara Técnica para realizar o referido estudo, para
333 depois ser aprovado em CIB. Sra. Luciane solicita que tais procedimentos possam ter
334 celeridade, pois há prazo para ser entregue esse diagnóstico ao MC e ainda precisa ser
335 aprovado em CIB e CEAS. **Apresentação da nova Coordenadora Estadual do**
336 **Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA CT:** Secretária M^a
337 Elisa informa que a intenção desta Gestão é fortalecer as medidas sócio-educativas de
338 meio aberto, dando um suporte maior aos municípios. Desta forma, apresenta a nova
339 coordenação do SIPIA CT a Sra. Márcia Araújo. Sra. Luciane agradece a parceria da
340 servidora Márcia enquanto esteve na DIAS, na Gerência de Gestão do SUAS). **Plano**
341 **de Contingência:** Sra. Luciane cita a importância desse momento de haver o Plano de
342 Contingência, informa que a DIAS está elaborando o seu Plano e que serão
343 disponibilizadas orientações aos municípios para que também elaborem os seus planos
344 de contingência. **Vacinação Servidores da Assistência Social:** Sra. Luciane cita que
345 houve questionamentos em relação à vacinação dos servidores e cita que o Informe
346 Técnico 22^a Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza/2020, traz a
347 importância dos profissionais da Assistência Social tomarem a vacina. Entende que
348 todos os profissionais que trabalham na área da Assistência Social devem ser
349 imunizados. Informa que na SDS todos os profissionais tiveram a oportunidade de
350 receber a vacina. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Secretária M^a Elisa
351 esclarece que foi procurada pela Secretaria da Agricultura que informou que teria
352 recursos financeiros para o Programa de Aquisição de Alimentos, que devem ser
353 utilizados em compras da agricultura familiar. Que os critérios pensados são: os
354 beneficiários inscritos no CadÚnico, os municípios com menor IDH, que tal critério,
355 contemplaria em torno de 60 (sessenta) municípios, para compras da agricultura
356 familiar. Informa que esse tipo de recurso não faz parte da Política de Assistência
357 Social, mas nesse momento de pandemia, será importante, pois auxiliará dois pólos, as
358 pessoas que estão na agricultura familiar e pessoas que estão em situação de
359 insegurança alimentar. Os municípios poderão escolher se desejam ou não se
360 habilitarem. Sra. Naiane informou que o Governo do Estado de Santa Catarina aportará
361 recursos para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra
362 Institucional para que os municípios adquiram alimentos da agricultura familiar via
363 chamada pública e destinem a população em situação de vulnerabilidade e
364 insegurança alimentar, 50 % desta aquisição deverá ser de produtos lácteos. Terão
365 prioridade para habilitação e classificação: os municípios com IDH menor que 0,70;
366 Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e Conselho Municipal de
367 Desenvolvimento Rural - CMDR; Movimento econômico do município baseado no setor
368 AGRO; o limite de repasse para o município durante o exercício de 2020 é de R\$
369 30.000,00 (trinta mil reais) e deverá ser executado pelos municípios, com o apoio do
370 Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, articulados com os Conselhos
371 Municipais de Segurança Alimentar, onde houver, ou na falta, articulados ao Conselho
372 Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que serão responsáveis
373 pela análise, aprovação, deflagração e a condução dos processos de compra de
374 alimentos da agricultura familiar. Os alimentos adquiridos deverão ser destinados a
375 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, preferencialmente aquelas
376 inscritas no Cadastro Único. Secretária M^a Elisa esclarece novamente, que não é uma

377 atividade usual da Assistência Social, que está relacionada à pandemia, que não é
378 obrigatório, e que é o próprio município que irá escolher acessar este recurso. 5 °
379 **Encerramento:** Sr. Luan agradece a presença de todos, em especial da Secretária M^a
380 Elisa, parabenizou-a pelo seu empenho em relação à Política de Assistência Social,
381 agradeceu também aos servidores da SDS, informou que as cobranças dos municípios
382 não são pessoais aos servidores da pasta, mas são muitas as angústias nesse
383 momento difícil, agradeceu também aos gestores municipais, à mesa diretora pelo
384 apoio. Solicitou por fim à Secretária M^a Elisa que estivesse ao lado do Governador e do
385 Secretário da Saúde nas coletivas que são dadas, para mostrar o quanto a Assistência
386 Social é importante e que seja a voz de tudo que vem fazendo por esta política.
387 Entende que este é o momento da Assistência Social estar em evidência. A Secretária
388 Maria Elisa da Silveira De Caro agradeceu as palavras e a parceria do Sr. Luan.
389 Agradeceu à equipe da DIAS, à FECAM pelo apoio na reunião, todos os Secretários
390 Municipais presentes, todos os trabalhadores do SUAS e a todos presentes. Ponderou
391 que todos sabem das deficiências, dificuldades da Política, mas sabem também da
392 importância e crescimento da mesma, que quando acabar a pandemia se estará mais
393 fortalecido, que a política passará a ser vista com maior reconhecimento. Agradece a
394 todos. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra Ribeiro Melo – Secretária Executiva da
395 CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria
396 Executiva da CIB-AS-SC.